

## **GRUPO 1 (Atenção, Assistência e Garantia de Direitos)**

\*Exigir o cumprimento da lei para contratação de profissionais via concurso público.

\*Garantia de unidade universalidade de atendimento das **PVHA**.

\***Fomentar a criação das** Frentes Parlamentares de IST/Aids nas três esferas de governo, bem como mobilizar para recondução das frentes existentes.

\*A necessidade de notificação de óbitos das **PVHA**.

\*Fiscalizar e monitorar pelos movimentos sociais os recursos do fundo a fundo parados em cada município enviado pelo governo federal.

\*Criar casas de passagem para os usuários que residem no interior possam efetuar o tratamento na capital, bem como nos municípios pólos.

\*Criar mais casas de apoio as **PVHA**, bem como melhorar o atendimento das que já existem.

\* Capacitar os profissionais de saúde.

## **GRUPO 2 (Prevenção)**

\*Garantir a manutenção dos insumos de prevenção, bem como a facilitação no acesso.

\*PEP e PrEP.

Ampliar e implementar o acesso da PEP e PrEP junto às populações vulneráveis.

Criar mecanismos de comunicação visando o acesso da PEP e PrEP, bem como capacitar e sensibilizar as equipes dos serviços de saúde.

\*Produzir materiais (IEC) em conjunto com as populações chaves de acordo com suas linguagens. Não depender apenas do poder público, buscando parcerias com universidades, com o setor privado, as diversas religiões e segmentos.

## **GRUPO 3 (Controle Social e Incidência Política)**

\*Melhor articulação/comunicação e aliança nas bases.

\*Capacitação da atenção primária sobre a saúde em HIV/AIDS para seus acolhidos.

\*Fortalecimento das bases locais/regionais no sentido de captação recursos humanos/financeiros, objetivando a promoção, prevenção e recuperação da saúde e outros agravos.

\*Que os programas municipais de Aids tenham autonomia para gerenciar os seus recursos.

\*Propor recursos específicos para as esferas estaduais, regionais e nacional para realização de encontros do movimento de Aids.

#### **GRUPO 4 (Financiamento)**

A Fiocruz será responsável pela produção do medicamento Dupliver, o que ocasionará uma economia de R\$268 milhões anuais aos cofres públicos. Propomos que 10% desta economia seja direcionada para o financiamento de projetos de instituições da sociedade civil do movimento de Aids. Encaminhar para Ministérios da Saúde e da Fazenda.

\*Que os editais de financiamentos possam ter continuidade das ações para as OSC, bem como desburocratizar com vistas ao efetivo acesso aos recursos. (Ministério da Saúde e departamento Aids).

\*Construção de oficinas através dos Fóruns e redes no intuito de capacitar os movimentos para captação de recursos digitais, recursos financeiras marketing social. (Fóruns e redes).

\*OBS= todas as propostas são destinadas a plenária do 20 ENONG.

.....

- Proposta ao Ministério da Saúde e Dep de IST/AIDS e HV

**Proponente: FOAESP e Movimento Bandeirante do Brasil**

Que o contrato de compra de medicamentos dos ARV continue sendo feito a cada 3 meses, com objetivo de garantir o abastecimento dos estoques nos estados e municípios, tendo em vista a burocracia que é o processo de licitação, compra e entrega dos ARV. A medida de compras trimestrais é uma conquista do movimento social frente ao grave problema de desabastecimento.

## Moções de repúdio

Ao MS, MPF, SVS, DIAHV

**Proponente: FOAESP**

O ERONG Sudeste repudia o decreto 9.795/2019 que modifica a estrutura do Dep Nacional de De Aids e HV para Dep de Doenças crônicas e IST, visto que a composição do DIAHV é um espaço de extrema importância para manter o diálogo com os programas municipais e estaduais de DST-Aids, bem como articulação com os Fóruns estaduais de ONG/Aids, Movimentos, articulações e redes para fomentar as políticas públicas em HIV-Aids. A mudança na nomenclatura também inviabiliza a causa de Aids e simboliza um retrocesso nas conquistas do movimento brasileiro de Aids.

Ao MS, MPF, SVS, DIAHV

**Proponente: FOAESP**

O ERONG Sudeste repudia o decreto 9.759/2019 que extinguiu comissões, conselhos e grupos de trabalho. Este decreto inviabiliza a participação do controle social prevista na carta magna que é a Constituição Federal, e a construção conjunta de políticas públicas.

## Representações

O EEONG-SP indica Margareth Preto para o GT/Unids

O EEONG-SP indica Rodrigo Pinheiro para a secretaria política da An aids.

O estado do Rio de Janeiro indica Cleide Jane para representação na CAMS

O estado do Rio de Janeiro indica Josimar Pereira para representação na CNAIDS, temporariamente, podendo ser suplente

O ERONG-RJ indica o estado do Espírito Santo para sediar o próximo ERONG